

ACM quer acabar com privilégios

Presidente do Senado apresentará emenda que extingue aposentadoria especial para magistrados

SÓCRATES ARANTES

A expressão "no que couber", que garante privilégios para a magistratura brasileira, vai sair da reforma da Previdência. Ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), anunciou que vai pedir Destaque de Votação em Separado (DVS) para estas três palavras do artigo que trata das aposentadorias dos membros do Judiciário. A reforma será votada em segundo turno pelos senadores no dia 8 de outubro. "O texto que irá para a Câmara não manterá privilégios para nenhuma categoria. Essas regalias foram aprovadas contra a minha vontade", disse ACM.

Ele achou positivas as declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso contra a manutenção de regalias e disse que FHC não criticou os senadores por ter sido informado de que o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) não entrara na reforma da Previdência. Ao contrário, Antonio Carlos afirmou ter avisado ao Presidente que o IPC seria extinto amanhã, quando será votado um projeto de lei acabando com a previdência privada dos congressistas e dos funcionários. "O Presidente não atacou o Congresso porque eu comuniquei a ele o fim do IPC", esclareceu o presidente do Senado.

Deixando nas entrelinhas que as críticas de FHC eram na realidade destinadas ao Judiciário, ACM perguntou: "Se o presidente do Supremo Tribunal Federal acha que é privilégio, porque é que o segundo escalão pode achar que não é?", referindo-se ao lobby dos juizes.

ACM também bateu duro no presidente do STF, ministro Celso de Mello: "Ele veio pedir em nome da magistratura a manutenção dos privilégios para os juizes, embora pessoalmente se dissesse contra". Questionado se era esta mesma a posição do ministro Celso de Mello (que havia declarado pela imprensa ser contra a expressão polêmica), o presidente do Senado foi ainda mais incisivo: "Eu não minto! Tanto é que ele (Celso de Mello) não disse para o que veio" (antes da audiência).

Maioria - O presidente do Supremo, Celso de Mello, não quis manter polêmica com o senador Antônio Carlos Magalhães, mas informou, através da sua assessoria, que por nove votos a dois (o próprio Mello e Marco Aurélio Farias) o plenário do STF o incumbiu de ir ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao senador Antonio Carlos Magalhães para defender a aposentadoria especial dos juizes. O encontro com ACM ocorreu no dia 16, segundo o STF, no qual Celso de Mello havia colocado a posição da magistratura acima das suas posições pessoais. Celso de Mello acha que a regalia dos juizes fere a ética republicana, segundo o assessor Alberto Coura.

Quanto aos senadores que aprovaram os privilégios nas aposentadorias e pensões dos juizes, ACM disse que "não tinha interesse de criticar os meus colegas", mas garantiu que muitos senadores deverão mudar o voto no segundo turno. Ele atribui a mudança às pressões da opinião pública, através da imprensa.

Geraldo Magela



Antonio Carlos: "O texto que irá para a Câmara não manterá privilégios para nenhuma categoria"